

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR CODEFAT

ATA DA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAP/CODEFAT

DATA: 10 de maio de 2007.

LOCAL: Sala de Reuniões do 4º Andar, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Adriana Phillips Ligiéro, Coordenadora do GAP/CODEFAT e Secretária Executiva-Substituta do CODEFAT, Guilherme Arruda Accioly, Representante Titular do BNDES; Sergio Luiz Maximino, Representante Suplente do MPS; João Cláudio da Silva Souza, Representante Suplente do MAPA; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Representante Titular da CGT; Luiz Fernando de Souza Emediato, Representante Titular da Força Sindical; Sidiclei da Silva Patrício, Representante Suplente da CUT; Pedro César Aguilar Perez, Representante Titular da SDS; Dagmar Maria de Sant'Anna, Representante Titular da CNC; Clovis Veloso de Queiroz Neto, Representante Titular da CNA; Octávio de Lazari Júnior, Representante Titular da CNF; Margarida Maria Alacoque Macedo, Representante Titular da Caixa Econômica Federal, Francisco Edimilson de Oliveira, Representante Titular do Banco do Brasil. **Convidados:** Eliana Pedrosa, Presidente Interina do FONSET; Marco Antonio Reis Guarita, Representante da CNI.

1 **ABERTURA:** Aos dez dias do mês de maio de 2007, no Ministério do Trabalho e Emprego,
2 teve início a Octogésima Oitava Reunião Ordinária do Grupo de Apoio Permanente ao Conselho
3 Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – GAP/CODEFAT, sob a coordenação da
4 Secretária-Executiva Substituta do CODEFAT, Sra. Adriana Phillips Ligiéro. A Coordenadora
5 Substituta do GAP deu início à reunião, apresentando-se aos presentes como Coordenadora-
6 Geral de Emprego e Renda do Departamento de Emprego e Salário e atualmente Diretora-
7 Substituta do Departamento de Emprego e Salário, conduzindo a Reunião na qualidade de
8 Secretária-Executiva do CODEFAT - Substituta. Destacou a presença do Sr. Rodolfo Torelly,
9 que fazia parte da equipe de transição do Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Lupi, e
10 futuro Diretor do Departamento de Emprego Salário e, por conseguinte, futuro Secretário-
11 Executivo do CODEFAT. Prosseguindo, deu início aos Itens de Pauta: **ITEM 1 – Aprovação da**
12 **Ata da 87ª Reunião Ordinária do GAP/CODEFAT, realizada em 12 de dezembro de 2006.**
13 Indagou se havia alguma observação sobre o Item. Em não havendo, deu como aprovada a Ata
14 da Octogésima Sétima Reunião Ordinária do GAP/CODEFAT. Na seqüência, passou à
15 apreciação do **ITEM 2 – Aprovação das Prestações de Contas: 2.1. Seguro-Desemprego,**
16 **exercícios 2003 e 2004.** Como o Coordenador-Geral da Coordenação-Geral do Seguro-
17 Desemprego e do Abono Salarial - CGSDAS, Sr. Márcio Alves Borges, não se encontrava

18 presente, a Coordenadora Substituta solicitou que o Coordenador-Geral de Recursos do FAT -
19 CGFAT, Sr. Manuel Eugênio de Oliveira, apresentasse a parte financeira da Prestação de Contas.
20 O Coordenador-Geral da CGFAT iniciou sua preleção esclarecendo que a análise da Prestação
21 de Contas do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial era feita em duas etapas: etapa técnica,
22 com explanação do Coordenador-Geral da CGSDAS e, etapa financeira, que competia à
23 CGFAT. Destacou que essa análise financeira consistia basicamente na verificação da
24 movimentação das contas suprimimento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial existentes nos
25 agentes pagadores, com a conferência da movimentação, conciliação bancária e apuração dos
26 cálculos das remunerações sobre os saldos disponíveis nessas contas suprimimento e que eram
27 recolhidas ao FAT. Observou que, à medida que os recursos eram alocados para que os agentes
28 pagadores efetuassem os pagamentos aos trabalhadores beneficiados, havia um saldo,
29 remunerado financeiramente para o Fundo de Amparo ao Trabalhador, com base na taxa extra
30 mercado do Banco Central, que girava em torno de 96% da taxa TMS. Colocou que, analisadas
31 as prestações de contas do Seguro-Desemprego, exercícios 2003 e 2004, estava recomendando a
32 sua aprovação, destacando que os ajustes apontados na Caixa Econômica, como agente pagador,
33 haviam sido atendido, com a conferência de todos os números e atestada a movimentação
34 apresentada nos documentos. A Coordenadora Substituta solicitou que o Coordenador-Geral da
35 CGFAT desse prosseguimento ao **Item 2.2. Abono Salarial – PASEP, exercícios 2003/2004 e**
36 **2004/2005.** O Coordenador-Geral da CGFAT destacou que na parte do Abono Salarial a técnica
37 da análise era semelhante à análise financeira, sendo também acompanhada e controlada a
38 movimentação da conta suprimimento do Abono Salarial existente na Caixa Econômica e no Banco
39 do Brasil. Ressaltou que o exercício de pagamento do Abono Salarial era diferenciado do
40 exercício social do Fundo de Amparo ao Trabalhador, porque neste o exercício social era de 1º
41 de janeiro a 31 de dezembro e o Abono Salarial tinha o calendário no exercício que começava
42 em 1º de julho do ano anterior, indo até 30 de junho do ano seguinte, o que já vinha sendo feito
43 tradicionalmente desta forma, haja vista a interface com o Fundo de Participação PIS / PASEP,
44 congelado em 05 de outubro de 1988, quando mudou a Constituição. O Coordenador-Geral da
45 CGFAT destacou que todos os trabalhadores até aquela época ainda mantinham conta ativa nesse
46 Fundo de Participação, com exercício diferenciado em relação ao FAT. Esclareceu que, devido a
47 isso, o calendário de pagamento do Abono Salarial permanecia de 1º de julho a 30 de junho do
48 ano seguinte. Destacou que foram feitos todos os ajustes e esclarecimentos junto ao agente
49 pagador, os quais foram sanados e esclarecidos, sendo tomadas todas as providências para as
50 devidas regularizações, propondo a aprovação das duas Prestações de Contas, do ponto de vista
51 da análise financeira, de dois exercícios do Abono Salarial – PASEP. A Coordenadora Substituta

52 propôs que o Coordenador-Geral da CGFAT, prosseguisse com a apresentação do **Item 2.3.**
53 **FUNPROGER – Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – exercício 2006.** O
54 Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que essa Prestação de Contas estava sendo
55 apresentada no âmbito do GAP, mesmo não sendo do FAT, visto que o FUNPROGER era
56 constituído com recursos originários em aplicações financeiras do FAT, sendo o CODEFAT o
57 seu supervisor. Informou que era o Banco do Brasil o gestor do Fundo, conforme estabelecido
58 em lei. Observou que a finalidade do Fundo era garantir parte do risco dos financiamentos
59 concedidos pelas instituições financeiras oficiais federais, no âmbito do programa PROGER
60 Urbano e também do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO.
61 Ressaltou que o público alvo eram os empreendedores financiados pelos programas, OSCIP,
62 Sociedades de Crédito e as Cooperativas de Crédito, e no âmbito do PROGER Urbano, o público
63 alvo eram desde trabalhadores informais, empreendedores informais, até as micro e pequenas
64 empresas, conforme classificação dada no Programa. Destacou que o Fundo teve início em maio
65 de 2000 e tinha por objetivo, a visão de ser reconhecido como instrumento eficaz, facilitador de
66 acesso ao crédito. Relatou que havia três premissas na gestão do FUNPROGER: 1) garantir o
67 empreendedorismo para empreendedores de micro e pequenos negócios; 2) contribuir para
68 geração de emprego, trabalho e renda; e, 3) ter por negócio prestar a complementação de garantia
69 de risco dos financiamentos concedidos no âmbito do PROGER Urbano e do PNMPO. Com
70 relação ao julgamento das Prestações de Contas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo da
71 União, o Coordenador-Geral da CGFAT destacou que todas foram aprovadas com quitação
72 plena, inclusive os exercícios de 2004 e de 2005. Esclareceu que, nos primeiros exercícios do
73 Fundo, 2000 a 2003, as Prestações de Contas foram aprovadas com algumas ressalvas, mas que
74 se encontravam quites com as obrigações diante do Tribunal de Contas da União e da Secretaria
75 Federal de Controle Interno. Ressaltou que o Fundo tinha uma política de proteção denominada
76 *stop loss*, que era o índice de inadimplência superior a 7%, ou seja, o limite estabelecido para
77 que o agente financeiro tivesse acesso à honra de garantia pelo FUNPROGER. Referiu-se à
78 Alavancagem Máxima, outro item dessa política de proteção e de possibilidade de gestão do
79 Fundo, com 11 vezes o valor patrimonial, sendo utilizados atualmente cerca de 80 a 88% dessa
80 Alavancagem. Recordou que o Conselho aprovou, em 2005, a implementação de ajuste no
81 regulamento, dispensando o ajuizamento de honras no caso de operações até R\$ 16 mil,
82 permitindo aos agentes financeiros maiores possibilidades de negociar administrativamente,
83 entre Banco e tomador do crédito, para que houvesse uma compensação desses custos. Destacou
84 que o ajuizamento era a última etapa e no sentido de possibilitar maior alcance de projetos de
85 garantias em financiamentos, o Conselho aprovou o limite de garantia de até R\$ 160.000,00,

86 sendo que em uma operação de R\$ 200.000,00, o Fundo poderia garantir até 80% disso, ou seja,
87 R\$ 160 mil. Observou que a dispensa e o limite da garantia, vieram contribuir para as ações de
88 recuperação de crédito, em que antes de se ajuizar se tentava ao máximo negociar com o tomador
89 do crédito, e que a Alavancagem Máxima, daquela de 11 vezes o patrimônio, era de R\$ 3,04
90 bilhões, havendo um comprometimento, em torno de 91%, tendo apenas a comprometer R\$ 290
91 milhões. Ressaltou que, em termos de resultados do exercício de 2006, comparando-se a 2005,
92 demonstrava uma melhora significativa nos resultados, fazendo em 2006 uma inflexão na
93 movimentação dos resultados do Fundo, por haver passado, depois de 3 anos consecutivos, a ter
94 efeitos positivos. Enfatizou que nos três anos anteriores, 2005, 2004 e 2003, houve resultado
95 líquido negativo do exercício, e que em 2006 as receitas alcançaram R\$ 113 milhões, 12 % em
96 relação a 2005; as despesas diminuíram em torno de 11% e, com isso, foi alcançado um
97 resultado de R\$ 77,6 bilhões, sem que houvesse necessidade de fazer um provisionamento que
98 pudesse gerar esse resultado negativo do exercício anterior, complementando que houve novos
99 aportes de recursos, com as receitas aumentando em relação ao ano anterior. Observou que os
100 limites provisionados estavam perfeitamente adequados às diretrizes dadas pelo Conselho,
101 estabelecidas em regulamento do Fundo, sendo que em 2006 foi possível haver reversão de
102 provisionamento, caso contrário, se estaria com provisionamento superdimensionado. Destacou
103 que o patrimônio líquido do Fundo teve aumento em consequência dos novos resultados, com o
104 ativo total e o financeiro do Fundo passando de R\$ 238,3 para R\$ 280,9 milhões em 2005.
105 Enfatizou que o FUNPROGER atualmente, era senão o maior, um dos maiores Fundos de Aval
106 da América Latina, sendo que as operações do PROGER Urbano, em 2006, apresentaram as
107 seguintes evoluções: no Banco do Brasil foram contratadas 85.545 operações, garantindo-se
108 85.200, constituindo-se no maior agente atualmente em operação com os recursos do
109 FUNPROGER, sendo o menor o Banco da Amazônia - BASA, sendo os dois únicos que
110 operavam mais com os recursos do FUNPROGER. Esclareceu que a CAIXA, apesar de ter
111 contratado 18.014 operações em 2006, tinha sistemática própria de seguro de crédito. Informou
112 que o Banco do Nordeste era o quarto agente a operar com o PROGER, estando, no entanto, com
113 sua carteira suspensa no momento, justamente por ter ultrapassado o limite de 7% do *stop loss*.
114 Destacou que o valor total financiado em 2006, no PROGER Urbano foi de R\$ 1,6 bilhão, com
115 garantia de 77,6% pelo FUNPROGER, ficando abaixo do limite máximo de garantia de 80%.
116 Apresentou um detalhamento em termos de variação, com quantidade de operações financiadas e
117 operações garantidas, com crescimento de 2005 para 2006 na garantia de operações, o que
118 possibilitou uma entrada maior de receitas oriundas das comissões de concessão de aval, com
119 uma variação significativa, de mais de 30%. Relatou que havia crescimento no valor financiado e

120 no valor garantido, da mesma forma, sendo que o valor médio garantido por operação também
121 teve crescimento em torno de mais de 10%, e o percentual de garantia oferecido pelo
122 FUNPROGER teve uma redução no percentual dentro das operações. Destacou que na média, se
123 poderia dizer que os financiamentos pelos tomadores demandaram um pouco menos do
124 percentual, não da garantia em si, mas do percentual da representatividade da garantia no
125 financiamento do projeto. Enfatizou que era um exercício de desempenho altamente positivo em
126 relação ao que foi apresentado em 2005, quando foi feita a comparação com 2004. Observou que
127 a quantidade de recuperações honradas em 2006, foi de 6.993, e em 2005, de 6.300. No valor das
128 honras pagas houve um decréscimo em torno de 4% em 2005, sendo pago R\$ 63 milhões, e em
129 2006, o FUNPROGER honrou R\$ 61 milhões. Relatou que o valor médio da operação honrada,
130 em torno de R\$ 8.710,00, sendo que o valor das honras recuperadas foi de R\$ 5.538 milhões,
131 com um crescimento de 42% em relação a 2005. Destacou que as medidas autorizadas pelo
132 CODEFAT, no início de 2006, estavam dando os resultados esperados que à época foram
133 colocadas aos Conselheiros do GAP e do próprio Conselho. Ressaltou que a quantidade de
134 operações honradas teve um crescimento, embora, em contrapartida, o valor de honra fosse
135 menor, sendo que o valor das operações honradas com o valor das operações garantidas também
136 apresentou uma redução, o que era positivo, embora o percentual ainda fosse um percentual que
137 se objetivava reduzir. Informou os índices anuais de inadimplência, ressaltando a situação do
138 Banco do Nordeste, da Caixa Econômica, por estarem com os percentuais acima do que se havia
139 definido para o *stop loss*, sendo que, no caso da Caixa Econômica, esse percentual era
140 considerado perfeitamente admissível, mas não desejável, porque na origem da criação da linha
141 PROGER Urbano Novo Empreendedor, o Fundo honrou 50% da operação e o FAMPE os outros
142 50%. Destacou que, não houve risco dessa operação para os agentes financeiros, por que a
143 clientela com que se estava trabalhado à época, era justamente de novos empreendedores, alguns,
144 na sua maioria, sem experiência alguma e a proposta do Programa era formar, dar condições a
145 novos empreendedores e também a financiar empresas com até 12 meses de constituição, com a
146 própria linha admitindo uma inadimplência de 20%, com 50,2% em 2006. Destacou que houve
147 crescimento, sendo que esse percentual de garantia não contava dentro do *stop loss*, no caso do
148 PROGER Urbano Novo Empreendedor, e que a CAIXA, embora estivesse com este percentual,
149 poderia operar no PROGER Urbano nas demais linhas. Destacou, ainda, que diferentemente, o
150 Banco do Nordeste, cujo percentual de inadimplência vinha se mantendo acima ou no limite dos
151 7%, não poderia solicitar a honra pelo FUNPROGER, e que, desde 2002, o Banco tinha dado
152 preferência a utilizar recursos disponíveis do Fundo Constitucional do Nordeste. Ressaltou que
153 havia uma melhora nos indicadores de eficiência e eficácia, e que, em termos de operações

154 honradas, e do ponto de vista da finalidade do Fundo, que era ter a capacidade de honrar, estava
155 cumprindo com suas obrigações, embora o desejável fosse que se passasse a honrar menos
156 operações. Destacou a questão da focalização dos públicos alvos prioritários, esclarecendo que
157 nas linhas de crédito para Cooperativas, o índice de garantia foi de 72,5%, sendo que nos
158 financiamentos em que foram contemplados cooperados, a demanda pela garantia chegou a
159 72,5%. Observou outro destaque, a linha PROGER Professor, com o financiamento para
160 aquisição de computadores pelo FAT, onde o percentual de garantia chegou a 76,3%. Citando o
161 material entregue, o Coordenador-Geral da CGFAT indicou a evolução dos percentuais dentro de
162 cada linha, a partir de 2004, 2005, 2006, com base do Banco do Brasil, e 2005 e 2006, com base
163 do BASA, que era um operador recente no âmbito do FUNPROGER. Destacou, em uma
164 primeira análise, a focalização efetiva do FUNPROGER em termos de cobertura do público alvo,
165 em que se destacavam, em 2006, e também em 2005, que os maiores beneficiários foram micro e
166 pequenos empresários, sendo que em 2006 foram 66,6% do público atendidos pelo
167 FUNPROGER e, em 2005, 67,4%. Ressaltou que houve uma pequena redução, devido à
168 migração de público para empreendedores populares e também professores na aquisição de
169 microcomputadores. Chamou a atenção para o quadro comparativo entre os Fundos de Aval que
170 estavam em operação no país: FUNPROGER, FAMPE, gerido pelo SEBRAE, e o FGPC, pelo
171 BNDES, com diretrizes semelhantes mas com algumas diferenças em termos de percentuais de
172 garantias e também de público alvo. Observou que o FAMPE e o FGPC se concentravam na
173 questão de micro e pequenas empresas, com o FGPC incluindo até médias empresas, sendo que o
174 FUNPROGER abrangia desde o empreendedor informal, até micro e pequenas empresas,
175 devidamente formalizadas. Esclareceu que no âmbito do PNMPO, embora não se tivesse
176 garantido nenhuma operação no âmbito deste Programa, podiam-se garantir operações de
177 captação de recursos pelas OSCIP. Com relação à operação, destacou que o FUNPROGER era o
178 mais novo deles, e o FAMPE o mais antigo, com o Fundo apresentando uma quantidade de
179 operações bastante superior à dos outros dois, mesmo em questão de focalização de público alvo.
180 Observou que se fossem tomadas somente micro e pequenas empresas, em termos comparativos,
181 o FUNPROGER ainda assim permaneceria à frente do FAMPE e do FGPC. Relatou que, em
182 termos de melhoria da gestão, se pesquisava sobre a taxa de administração, exigência do
183 Tribunal de Contas e da Secretaria Federal de Controle, rever-se a taxa de administração paga ao
184 gestor do Fundo, em função da sistemática à época em que foi criada, quando não havia
185 nenhuma experiência nesse tipo de gestão. Ressaltou a concordância com os órgãos de Controle
186 com a revisão dessa sistemática e que se esperava, até o final de 2007, levar para deliberação do
187 Conselho uma nova sistemática de taxa de administração, também de critérios de rateio para

188 recuperação judicial. Destacou que se buscava definição, em termos da competência dos
189 procedimentos para se escrever em dívida ativa da União aquelas operações que, em termos de
190 execução judicial, não alcançou o resultado positivo de recuperação. Apresentando o
191 Representante do Banco do Brasil junto ao GAP, Sr. Francisco Edimilson de Oliveira, referiu-se
192 ao Sistema FAV, que estava sendo atualizado e era utilizado pelo Banco do Brasil como gestor
193 do Fundo, destacando a busca de cada vez maior proximidade e acesso *online* às movimentações
194 desse Sistema. O Coordenador-Geral da CGFAT, dando por concluída sua apresentação e
195 considerando o não atendimento pelo gestor das informações solicitadas sobre o estudo a
196 respeito da taxa de administração e critério de rateio para recuperação judicial, indicou a
197 aprovação da prestação de contas do FUNPROGER com ressalva. Destacou a determinação ao
198 Banco do Brasil, como Gestor do Fundo, da suspensão do pagamento das tarifas e das taxas de
199 administração, enquanto as informações necessárias à revisão da taxa de administração e os
200 estudos do critério de rateio para recuperação judicial não fossem fornecidas, medidas já
201 comunicadas à Secretaria Federal de Controle Interno que deveria remetê-las ao Tribunal de
202 Contas da União quando do encaminhamento do processo de prestação de contas do Fundo. Na
203 seqüência, passou a palavra ao Representante do Banco do Brasil, Sr. Francisco Edimilson de
204 Oliveira, para, na qualidade de gestor do Fundo, fazer o fechamento da apresentação. Este
205 iniciou sua explanação, ressaltando o sucesso do Fundo, do ponto de vista de instrumento de
206 política pública, ampliando a possibilidade de acesso ao crédito, cuja evolução nos últimos dois
207 anos mostrava que o desempenho nesse sentido estava melhorando. Observou que os estudos em
208 relação aos critérios de rateio, depois de revisados já estavam concluídos e estaria sendo
209 encaminhado para o Ministério na semana vindoura e, em relação à taxa de administração,
210 destacou que o levantamento de custos desde 2000 teria que ser refeito e reconstruído,
211 considerando que houve muitas mudanças nos processos do Banco. Referiu-se ao Sistema FAV,
212 que era o Fundo de Aval, Sistema que gerenciava todos os controles e operações do
213 FUNPROGER e que apesar de desenvolvido, carecia de aperfeiçoamentos. Destacou a
214 dificuldade em contratar uma empresa para desenvolvimento desse Sistema, cujo contrato estava
215 vencendo e havia sido prorrogado dentro das possibilidades legais, ressaltando que o mesmo
216 funcionava no momento e atendia plenamente às necessidades de controle do PROGER. A
217 respeito da inscrição na Dívida Ativa, destacou que esse assunto era relativamente novo porque o
218 Fundo foi criado, as operações foram sendo realizadas, as honras foram acontecendo, e tinha
219 uma característica que o mantinha com esse desempenho, que era o compartilhamento do risco,
220 ou seja, o Fundo de Aval respondia por até 80% do risco, entrando o Agente Financeiro com
221 20%. Ressaltou que havia dúvida quanto à cobrança da dívida ativa da União, pois dependia da

222 parte envolvida, uma vez que a União cobrava por meio de dívida ativa e o agente financeiro
223 cobrava dentro das práticas convencionais da instituição. Informou que havia outros problemas
224 operacionais que estavam sendo avaliados pelo jurídico do Banco e que também mantinham
225 contato com a PGFN, para saber como operacionalizar. Destacou que os dois aspectos
226 determinantes da ressalva eram relacionados à informação, o que os incomodava, pois o ideal
227 seria ter as prestações de contas como as de 2005 e 2004, que foram aprovadas sem ressalvas.
228 Enfatizou que, do ponto de vista estrutural, não afetava o objetivo principal do Fundo que era
229 prestar as honras e manter a assistência aos pequenos empreendedores, acreditando que o Banco
230 estaria no mês de maio com os estudos concluídos, sendo que o critério de rateio já estava
231 concluído e o resultado apontava para que não se mexesse, beneficiando o Fundo. A
232 Coordenadora Substituta registrou a presença do Sr. Ezequiel Nascimento, Assessor Especial do
233 Ministro Carlos Lupi, que se encontrava acompanhando a Reunião. Sugeriu que, antes da
234 apresentação das Prestações de Contas do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, pela
235 CGSAP, se procedesse ao debate da apresentação de contas do FUNPROGER, abrindo a palavra
236 aos presentes. O Representante Suplente do MAPA, Sr. João Cláudio da Silva Souza, indagou ao
237 Coordenador-Geral da CGFAT se a razão de a Caixa Econômica Federal não acessar o
238 FUNPROGER era porque estava com o *stoploss* alto, acima do limite máximo, ou por ter uma
239 seguradora própria, indagando, também, qual seria a taxa de comissão cobrada pela seguradora
240 da CAIXA e pelo FUNPROGER. O Coordenador-Geral da CGFAT informou que a questão não
241 era devido ao *stoploss*, por este não ser aplicado na linha PROGER Urbano Novo
242 Empreendedor, observando que já na criação da linha, se admitia uma inadimplência de 20%,
243 que já estaria acima do *stoploss*, de 7%, e que as operações feitas no âmbito da linha do
244 PROGER Novo Empreendedor não contavam para o cálculo do *stoploss*. Esclareceu que no caso
245 da CAIXA, o índice foi colocado para demonstrar as operações feitas por ela no âmbito dessa
246 Linha, assim como o Banco do Brasil, cuja inadimplência estava acima dos 20%, que também
247 tinha carteira dessa Linha, bem como o Banco do Nordeste possuía a Linha PROGER Novo
248 Empreendedor, que não contava do cálculo do *stoploss*, conforme Resolução do Conselho.
249 Destacou que no caso da CAIXA, havia inadimplência somente na Linha PROGER Novo
250 Empreendedor, existindo uma obrigatoriedade na linha em que o tomador do crédito poderia
251 escolher com qual agente financeiro iria operar, e à época, a CAIXA e o Banco do Brasil ficaram
252 com algumas operações. Informou que, quanto à questão dos custos, encontrava-se presente à
253 reunião uma Representante da Caixa Econômica que poderia falar sobre o assunto e informar o
254 preço do prêmio. Na seqüência, a Sra. Sayonara Meirelles se apresentou, explicando que
255 trabalhava na Caixa Econômica Federal com o Programa PROGER Urbano e que tais

256 percentuais eram variáveis, determinados de acordo com o prazo da operação existindo uma
257 tabela de 0,5 a 4%, de acordo com o prazo estabelecido com o cliente, e cujo valor era calculado
258 em função do valor contratado. Esclareceu que, diferentemente do FUNPROGER, a CAIXA
259 garantia, pelo seguro de crédito, até 100% da operação, sendo que a operação era até R\$
260 400.000,00, e que a média dos valores aplicados era bem mais baixa. O Representante Titular da
261 CNF, Sr. Octávio de Lazari Júnior, indagou qual era o prazo médio dessas operações, ao que o
262 Representante Titular do Banco do Brasil esclareceu que o prazo médio era de 38 meses. O
263 Representante da CNF questionou sobre o prazo mínimo e máximo, ao que o Representante do
264 Banco do Brasil informou que o Banco possuía operações do PROGER Urbano I que iam até 60
265 meses e o prazo mínimo em torno de 12 meses. O Representante da CNF inquiriu o
266 Representante do Banco do Brasil se os clientes que faziam operações e não tinham pagamento e
267 que o Banco solicitava a honra da fiança, eram incluídos nos órgãos de proteção ao crédito -
268 SPC, SERASA, que respondeu que os mesmos ficavam com restrições. O Representante da
269 CNF, com relação à inscrição na dívida ativa da União, sugeriu que no próprio contrato, ao invés
270 de separar, ou o Banco do Brasil ou no caso o gestor do Fundo, fazia a cessão do contrato inteiro,
271 para um ou para outro, e esse, no caso o Banco do Brasil, cuidava de fazer a cobrança do valor
272 integral, considerando mais fácil para não ter essa divisão de 80% do Banco do Brasil e 20% do
273 Fundo. O Representante do Banco do Brasil observou que por ser administrador do FCO, o
274 Banco colocaria algo semelhante, cuja legislação determinava que “o Banco deveria adotar todas
275 as medidas necessárias à recuperação dos créditos...”, num sentido amplo, e com base nesse texto
276 a AGU havia emitido um parecer, que foi ratificado pela Presidência da República. Concluindo,
277 destacou que, em relação ao FCO, era cobrado tudo, até em nome do Fundo. A Coordenadora
278 Substituta inquirindo se havia mais algum questionamento, passou ao despacho para assinatura
279 dos Representantes do GAP, propondo ao CODEFAT a Aprovação com Ressalvas da Prestação
280 de Contas do FUNPROGER. Em seguida, passou à apresentação, pela CGSDAS, das questões
281 técnicas associadas às prestações de contas do **Item 2.1. Seguro-Desemprego, exercícios de**
282 **2003 e 2004.** O Coordenador-Geral do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, Sr. Márcio
283 Alves Borges, passou à explanação sobre algumas análises que foram realizadas pela
284 Coordenação com respeito à execução operacional tanto do Seguro-Desemprego quanto do
285 Abono, lembrando que na última Reunião, já havia apresentado a prestação de contas do
286 exercício 2002. Destacando que, após a análise realizada pela CGSDAS era transferida a
287 documentação para a área financeira, e se o Coordenador-Geral da CGFAT havia sinalizado
288 aprovando a prestação de contas, o processo estava encerrado. Destacou que gostaria de apontar
289 algumas questões que foram feitas, como a competência que teve a Coordenação do Seguro no

290 sentido, de analisar a prestação de contas relativa ao pagamento do benefício do seguro-
291 desemprego e a recepção dos requerimentos do benefício como rede complementar. Citou a
292 cláusula do contrato feito junto com a CAIXA e os aditamentos, que a mesma tinha a obrigação
293 de encaminhar, no prazo máximo de 60 dias após o fechamento do último lote emitido no
294 exercício fiscal anterior, bem como o Relatório Anual de Execução, contendo a consolidação de
295 relatórios e todas as exigências legais para que o Ministério pudesse se posicionar a respeito da
296 execução operacional. Referiu-se aos instrumentos para análise no Ministério, observando que
297 era do conhecimento de todos que a operação do Seguro Desemprego envolvia o agente pagador
298 e o prestador de serviços, a Empresa DATAMEC e, a cada semana, havia emissões de lotes que
299 eram basicamente arquivos correspondentes a trabalhadores, com número de PIS e valores de
300 parcelas de Seguro-Desemprego. Esclareceu que a respeito dessas migrações de arquivos que a
301 DATAMEC passava para CAIXA e esta devolvia para a empresa prestadora, havia dentro do
302 Ministério do Trabalho e Emprego um sistema de monitoramento, através do qual se obtinha os
303 valores de parcelas emitidas e pagas, e a cada semana havia um lote de emissão, com
304 trabalhadores e modalidades, havendo a cada final de exercício, uma contraprova no próprio
305 Ministério para averiguar se as informações enviadas pela CAIXA estavam corretas, sendo que
306 na análise da prestação de contas de 2003, houve 51 lotes, que eram lotes semanais para cada
307 uma das três modalidades. Esclareceu que a modalidade de Seguro-Desemprego envolvia:
308 Formal, Pescador Artesanal e Empregado Doméstico, e que os 40 lotes relativos ao Trabalhador
309 Resgatado, cujo programa iniciou em 2003, era um pouco diferenciado dos demais. Destacou
310 que houve uma pequena divergência nas informações com relação ao Formal, sendo solicitado à
311 CAIXA explicações sobre o porquê dessa diferença. Uma vez que a CAIXA não conseguiu
312 reportar a diferença de aproximadamente R\$ 6.000,00, representando 0,05% do total das
313 restituições, restituiu ao Fundo esses valores. Sanada essa divergência, a prestação de contas de
314 2003 da CAIXA, atendeu ao requerido, sugerindo-se a aprovação da prestação no aspecto
315 operacional e encaminhado para a área financeira. O Coordenador-Geral da CGSDS, passando à
316 Prestação de Contas do exercício de 2004, observou as mesmas questões, com uma pequena
317 diferença nesses valores, sendo restituída pela CAIXA, uma vez verificada na comparação dos
318 documentos que a CAIXA apresentou. Informou que foram emitidos 51 lotes semanais, para o
319 Seguro-Desemprego Formal e Trabalhador Resgatado; 52 lotes para o Pescador Artesanal; e 53
320 para o Empregado Doméstico, sendo a diferença observada no Formal e também nas parcelas
321 pagas. O Coordenador-Geral da CGSDAS indicou a aprovação da Prestação de Contas, com o
322 encaminhamento para a área financeira, para proceder à análise da evolução do fluxo monetário.
323 A Coordenadora Substituta, destacando que a apresentação financeira já havia sido realizada pela

324 CGFAT, propôs a abertura da palavra aos membros do GAP para, na seqüência, passar à
325 apresentação da Prestação de Contas do Abono Salarial. O Representante Titular da CNA, Sr.
326 Clóvis Veloso de Queiroz Neto, indagou se no item relativo às parcelas pagas, correspondia
327 mesmo 51 lotes do Trabalhador Resgatado. O Coordenador-Geral da CGSDA, esclarecendo que
328 havia um erro de digitação, sendo na verdade 40 lotes, complementou, informando que, como o
329 Programa iniciou em fevereiro, havia uma perda inicial, com a diferença dos lotes emitidos para
330 os efetivamente pagos, resultante daqueles não recolhidos pelo trabalhador, que após o prazo de
331 60 dias, não sendo procurados, eram devolvidos ao FAT. A Coordenadora Substituta indagou se
332 havia mais algum questionamento, em não havendo, concluiu pela manifestação favorável do
333 GAP por recomendar ao Conselho a Aprovação das Prestações de Contas do Seguro-
334 Desemprego, relativas ao exercício de 2003 e 2004. Procedeu à distribuição dos despachos para
335 assinatura e solicitou à equipe da Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego e Abono Salarial
336 que passasse à apresentação do **Item 2.2. Abono Salarial - PASEP, exercícios 2003/2004 e**
337 **2004/2005.** O Coordenador-Geral da CGSDAS esclareceu que a Prestação de Contas em tela já
338 havia sido analisada em relação à parte financeira no final do ano anterior, observando que havia
339 duas prestações de contas. Relatou que o Abono Salarial tinha calendário diferente, sendo que na
340 primeira parte havia o exercício 2003 / 2004, cujo calendário abrangia de julho a junho do ano
341 seguinte, e que se tratava da prestação de contas do Banco do Brasil que, no caso do Abono,
342 correspondia ao PASEP, e cuja documentação foi entregue no prazo devido, com relatórios
343 gerenciais. Citou a quantidade de trabalhadores com direito ao benefício, identificados pela
344 RAIS, que uma vez emitida era entregue aos Bancos para a identificação dos critérios: o
345 trabalhador tinha que ter mais de 5 anos, ter trabalhado pelo menos trinta dias, e renda média de
346 até dois salários mínimos, sendo identificados 1.316.000 nesse período. Informou que foram
347 beneficiados 1.276.000 trabalhadores, com a taxa de cobertura chegando a quase 97% nesse ano,
348 custando ao FAT, R\$ 289.888.779,00. Lembrou que o custo cobrado pelo Banco do Brasil para
349 essa ação, por cada identificado, era R\$ 1,92, mesmo valor que a CAIXA cobrava para fazer o
350 mesmo processo com o PIS, sendo que a tarifa de pagamento para cada trabalhador custava, R\$
351 2,36. Informou que, conforme orientação do próprio CODEFAT, e buscando cobrir o máximo de
352 trabalhadores identificados para que recebessem o benefício, foi criado um processo de mala
353 direta para esses trabalhadores, pelo Banco do Brasil, que cobrava R\$ 0,12 por cada carta
354 emitida, em um total de R\$ 16.000,00. Relatou que foi entregue a documentação relativa ao
355 exercício 2004 e 2005, chamando a atenção para o aumento da quantidade de trabalhadores com
356 direitos, chegando a 1.514.000, sendo 1.428.000 trabalhadores beneficiados, com a taxa de
357 cobertura passando a 94%. Indicou a queda do total de trabalhadores beneficiados, informando

358 que a mala direta feita pelo Banco do Brasil junto ao trabalhador não era enviada diretamente a
359 ele, pois muitas vezes sem o endereço do trabalhador, o Banco encaminhava a correspondência,
360 para o órgão, com a relação dos nomes dos funcionários para que ele transferisse a informação,
361 processo que estava sendo revisto junto ao Banco do Brasil, para alcançar os patamares
362 anteriores, de taxa chegando a 97%. Citou os seguintes valores: tarifa de identificação, de R\$
363 1.514.000,00, correspondendo a 2.908.000; pagamento de R\$ 2,36 por cada trabalhador que ia à
364 boca do caixa, em um total de 428.000, custou R\$ 3.370.000,00; e, emissão de cartas, R\$
365 14.000,00. Com relação ao calendário 2001/2002 até 2004//2005, indicou o ligeiro aumento dos
366 trabalhadores que estavam sendo identificados o que sinalizava boa condução do processo da
367 RAIS. Destacou que, com mais empresas utilizando a sistematização da RAIS, via eletrônica,
368 possibilitava identificação maior desses trabalhadores e, também, gerava maior número de
369 trabalhadores pagos que, em 2000 foi 1.000.000, chegando a 1.400.000, lembrando que se referia
370 ao Abono PASEP, não ao Abono PIS, que envolveria outros 8.000.000 trabalhadores com
371 direito. Ressaltou a identificação da quantidade de Abonos pagos por região, mencionando o
372 cuidado existente no acompanhamento da taxa de cobertura, com o Ministério do Trabalho e
373 Emprego buscando meios mais eficazes de identificação do trabalhador, o que também era
374 solicitação do próprio Tribunal de Contas da União, sendo que uma das formas mais razoáveis
375 de identificar o trabalhador era que o próprio empresário fizesse seu registro na RAIS. Citou o
376 percentual alcançado: 87% em 2001/2002; 92%, saltando para 96%, e posteriormente uma queda
377 de 94%, lembrando que a referência era apenas ao PASEP. Observou que se fosse somada ao
378 Abono PIS, provavelmente essa taxa daria um aumento um pouquinho maior, mas ainda assim
379 teria essa tendência à queda, destacando que, encerrado o calendário do abono, o Ministério
380 realizaria um processo maciço de emissão de mala direta para esses trabalhadores. Concluindo, o
381 Coordenador-Geral da CGSDAS confirmou já haver dado a sinalização positiva para o
382 Coordenador-Geral da CGFAT, aprovar as Prestações de Conta em pauta. A Coordenadora-
383 Substituta abriu a palavra aos Representantes do GAP. Em não havendo nenhuma manifestação,
384 considerou favorável a manifestação do Grupo quanto à recomendação ao Conselho de
385 Aprovação da Prestação de Contas do Abono Salarial PASEP, relativo aos exercícios 2003/2004
386 e 2004/2005. Informando que os Membros do Grupo receberiam o despacho para assinatura,
387 passou para o **Item 2.4. FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.** O Representante da
388 CGFAT, Sr. Paulo César Bezerra de Souza, iniciou a apresentação da Prestação de Contas do
389 Fundo de Amparo ao Trabalhador, exercício de 2006, observando que a Prestação encontrava-se
390 organizada segundo padrão da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União nº 47, de
391 2204. Destacou que a Prestação de Contas apresentava informações dos programas e ações

392 constantes no Plano Plurianual 2004 - 2007, demonstrando os resultados físicos e financeiros
393 obtidos no exercício de 2006. Ressaltou que os recursos do FAT proporcionava ao trabalhador o
394 pagamento dos Benefícios do Seguro-Desemprego, Abono Salarial, Qualificação, Intermediação
395 e outras despesas para realização dessas ações. Citou a geração de trabalho, emprego e renda, via
396 empréstimos do FAT ao BNDES, constituídos pelos 40% dos recursos que ingressavam no FAT
397 da arrecadação PIS/PASEP, direcionados àquele Banco para aplicação no desenvolvimento
398 econômico e também os depósitos especiais do FAT que se realizava anualmente. Colocou que a
399 classificação era dada em duas etapas: os Programas Orçamentários e os Programas Extra-
400 Orçamentários, destacando que dentro dos Programas Orçamentários se encontravam:
401 Erradicação do Trabalho Infantil; Integração das Políticas Públicas; Qualificação do
402 Trabalhador; Rede de Proteção; desenvolvimento centrado na Geração de Emprego e Renda;
403 Recursos Pesqueiros; Gestão de Políticas; Erradicação; Operações Especiais - Financiamento
404 com Retorno, que era o BNDES, e o Microcrédito Orientado. Informou que esses eram os
405 Programas destacados no SIGPLAN, Sistema do Planejamento e, dentro da programação
406 orçamentária, basicamente era o Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e
407 Renda, constituindo as ações de concessões de financiamentos, onde se destacavam as rubricas
408 de aplicação de recursos em: Micro e Pequenas Empresas Urbanas, Cooperativas e, no caso do
409 Setor de Infra-Estrutura, empresa do setor de comércio, serviço, indústria, transformação,
410 turismo e exportação; Empresas dos Setores Intensivos em Mão-de-obra. Destacou que nem
411 todas as alocações dos recursos do FAT estavam sendo alimentadas no SIGPLAN, e que estavam
412 tentando o aperfeiçoamento e a implementação dessa situação. Passou a referir-se a todas as
413 aplicações dos recursos do FAT, esclarecendo que dentro da execução orçamentária havia uma
414 relação entre o orçado e o executado. Informou que houve inicialmente um orçamento em torno
415 de R\$ 28.bilhões, mas com os créditos durante o exercício, esse orçamento chegou a R\$ 30,3
416 bilhões de reais. Dentro da execução orçamentária de 2006, chamou a atenção para os
417 percentuais de execução, destacando o Programa 099 - Integração de Políticas Públicas de
418 Emprego Trabalho e Renda, com 99,4% da execução, sendo que, de um total orçado de R\$ 15,1
419 bilhões, foram executados R\$ 15 bilhões. Dentro dessas ações constava o pagamento do
420 benefício do Seguro-Desemprego do trabalhador formal, em torno de R\$ 10,6 bilhões, e o Abono
421 Salarial, R\$ 4 bilhões, sendo que praticamente R\$ 14,6 bilhões foram pagamentos de benefício
422 do trabalhador formal e Abono Salarial. Referiu-se às ações de Qualificação, com 84,9%, e aos
423 Recursos Pesqueiros Sustentável, com pagamento de benefício do Pescador Artesanal. Citou o
424 Programa 90902 - Operações Especiais com recursos destinados ao BNDES, sendo que 40%
425 eram recursos orçamentários, observando que da previsão de R\$ 7,7 milhões, foram alocados R\$

426 7,6, esclarecendo que a relação entre o orçamento e o executado ficou em 99,3% de um total orçado
427 inicialmente de R\$ 30,2. Destacou que existia uma diferença de reserva de contingência,
428 estabelecida pelo Ministério do Planejamento, ficando evidenciado que havia uma receita muito
429 superior à despesa. Ressaltou que, como o orçamento era equilibrado, alocava-se um
430 determinado valor em despesa, comparava-se com a parte da receita, e a diferença era alocada
431 em reserva de contingência, que no final fechou o exercício com R\$ 6,9 bilhões. Observou que,
432 dentro desses Programas, havia as metas físicas das principais ações, destacando o Seguro-
433 Desemprego, o Abono Salarial, a Qualificação Profissional e a Intermediação de Mão-de-Obra,
434 sendo que essas metas estavam registradas no SIGPLAN, com atualização em tempos distintos.
435 Destacou que no caso do Seguro-Desemprego, entre o que foi previsto quando do registro e a
436 realização final em 2006, houve um incremento de 5,76% do total realizado; no benefício do
437 Abono Salarial realizou-se praticamente quase 97% do previsto; na Qualificação Profissional,
438 houve 65% a mais do previsto quando foram anotadas as informações no SIGPLAN; e, na
439 Intermediação de Mão-de-Obra, quase 90% da previsão inicial. A respeito das Metas
440 Financeiras, observou: Seguro-Desemprego alcançou 99,9%, ou seja, 100%, praticamente a
441 diferença de menos de 2.000.000; Abono-Salarial, 99,25%; Qualificação Profissional, 98,46%;
442 Intermediação de Mão-de-Obra, o percentual entre o realizado e o previsto, 92,95%. Destacou a
443 Taxa de Habilitação Seguro Desemprego e o Abono Salarial, por terem maior volume de
444 recursos gastos nessas rubricas; na Bolsa Qualificação e Seguro-Desemprego Formal, 98%;
445 Trabalhador Doméstico, 94,1%; Pescador Artesanal, 93,5%; Trabalhador Resgatado, próximo de
446 100%. Destacou que no caso do Abono Salarial, houve uma queda na taxa de habilitação 2006,
447 de 94%, indicando as taxas de 2004, 2005 e 2006, com as taxas de habilitação do Trabalhador
448 Resgatado de 100%. Com relação aos indicadores de eficiência e eficácia, referiu-se ao custo
449 médio das ações realizadas pelo previsto, que foi registrado em tempo anterior no SIGPLAN.
450 Observou que foi feita relações entre o realizado efetivamente e o que se deu agora, indicando os
451 percentuais de eficiência e eficácia. Citou as principais receitas do Fundo, informando que as
452 remunerações do FAT eram provenientes de recursos aplicados no Fundo Extramercado,
453 esclarecendo que em 2000 deu 100 % da SELIC, sendo o objetivo a ser alcançado ficar próximo
454 dessa taxa. Esclareceu, ainda, que havia recursos dos depósitos especiais, onde se remunerava a
455 maior parte em TJLP, e os recursos que estavam em instituições financeiras, em SELIC.
456 Observou que os recursos da TJLP eram significativos, tendo, ainda, os recursos das
457 remunerações provenientes do BNDES. Informou que a somatória dessas remunerações chegou
458 no ano passado a R\$ 8,9 bilhões, com percentual em relação ao projetado de 91,2%. Colocou que
459 a cota parte da contribuição sindical era um valor pequeno, mas muito importante para o

460 Ministério, sendo realizado apenas R\$ 49,8 milhões no ano de 2006, bem distante do projetado.
461 Observou que o Tesouro Nacional deixou de repassar para o Ministério do Trabalho e Emprego
462 em torno de R\$ 150.000.000,00, como ficou retido, não teve ingresso no Fundo, não sendo
463 registrado, mas observando que com esse ingresso o percentual seria superior a 100%. Ressaltou
464 que o Tesouro esperava que a SOF liberasse, o que não aconteceu, sendo que no início do ano
465 em curso, os recursos já haviam sido repassados. Destacou que os recursos provenientes
466 diretamente do Tesouro Nacional e COFINS eram fonte 100, sobre o que normalmente não
467 faziam previsão. Citou Outras Receitas, que eram basicamente restituições de recursos,
468 devoluções de convênios, com uma projeção de R\$ 180 milhões, sendo realizados R\$200
469 milhões, com uma variação de 11% em relação ao projetado. Sintetizando, informou que havia
470 uma projeção de R\$ 30,3 bilhões, para uma realização de R\$ 28,8 bilhões. Como registro, o
471 Representante da CGFAT relatou que foi apresentada uma Nota Técnica em abril de 2006, com
472 projeções de receitas do FAT, onde estava registrado que a receita seria de R\$ 28,3 bilhões, mas,
473 com a realização de R\$ 28,8 bilhões, houve, na verdade, 1,8% de variação a mais do que havia
474 sido previsto no início do ano. Continuando, citou a execução extraorçamentária que eram as
475 aplicações de depósitos especiais do FAT. Destacou que, dentro das aplicações do FAT no
476 exercício, houve uma programação de PDE aprovada pelo CODEFAT, no valor de R\$ 16,35
477 bilhões em 2006, sendo alocado a instituições financeiras a execução de R\$ 16,2 bilhões de reais,
478 com um percentual de execução de 99,1% do valor executado. Informou que entre os Programas
479 foi executado 99,6% e em linhas de créditos especiais, 98,1%. Destacou em 2006 as alocações
480 do FAT em: Infra-estrutura, com a grande parte direcionada ao BNDES, que era o maior cliente,
481 com maior volume de recursos aplicados também em depósitos especiais; o PROGER Urbano,
482 com R\$ 2,5 milhões de execução e, o PRONAF, com R\$ 2,1 milhões e, realização de 100% do
483 que estava sendo programado. Informou que o destaque nas linhas de crédito especiais seria para
484 o FAT Giro Rural e o FAT Giro Setorial, observando serem duas linhas emergenciais, uma
485 criada em 2005, o FAT Giro Rural e, em 2006, o FAT Giro Setorial, com alicação de R\$ 2,6
486 bilhões para a primeira e R\$ 2 bilhões para a segunda. Esclareceu que dentro da própria
487 execução do PDE foi feita uma tabela distribuindo por Banco: Banco do Nordeste com 100% do
488 valor programado, recursos aplicados em infra-estrutura; Banco do Brasil com R\$ 8 bilhões,
489 99,86% da realização; BNDES, com R\$ 6,1; CAIXA com R\$ 1,5; BASA com R\$ 6 milhões; e a
490 FINEP com R\$ 400.000.000, sendo que o destaque era o Banco do Brasil, onde o valor de R\$ 8
491 bilhões era muito em função das duas linhas especiais criadas, do FAT Giro Rural e Giro
492 Setorial. Destacou que havia um total de execução da PDE de 99,29%, sendo depositado em
493 2006 R\$ 16,2 bilhões em depósitos especiais nas instituições financeiras federais. Indicou o

494 gráfico que demonstrava as aplicações de Depósitos Especiais do FAT de 2001 a 2006.
495 Observou que em 2005, houve R\$ 21 bilhões de recursos contratados e em 2006 subiu para R\$
496 25 bilhões, com um crescimento de 7%, sendo que tais recursos eram atualizados pelo IGPDPI a
497 preços constantes para dar melhor idéia de crescimento. No caso do número de operações,
498 cresceu de 2004 para 2005, havendo um recuo de 2005 para 2006, uma queda de 200.000
499 operações nesse período, ocorrido principalmente em função dos grandes contratos,
500 principalmente infra-estrutura, que ocorreram em 2006. Esclareceu que o valor médio da
501 operação aumentou, mas ficava o registro e a curva bastante acentuada, principalmente no
502 volume de recursos alocados nesse período, destacando que de 2003 para frente, saiu de R\$ 8
503 para R\$ 25 bilhões, o que foi bastante significativo. Indicou a evolução patrimonial do Fundo,
504 que demonstrava a distribuição do patrimônio financeiro do FAT, valores também atualizados
505 pelo IGPDPI de 2006. Destacou que o FAT possuía o maior volume de recursos aplicados no
506 BNDES, no empréstimo constitucional, chegando ao final de 2006 com praticamente R\$ 73
507 bilhões de recursos alocados ou aplicados no BNDES. Quanto aos Depósitos Especiais, destacou
508 o crescimento ocorrido, chegando a R\$ 48,5 bilhões aplicados. Citou o Extramercado, onde
509 houve um recuo, porque seus recursos foram alocados a Depósitos Especiais, com R\$ 8,2
510 milhões aplicados no Fundo Extramercado. Concluindo, apresentou o *slide*, com o patrimônio
511 total do Fundo, com crescimento de 2002 a 2006, chegando ao final de 2006 com R\$ 129,6
512 bilhões de recursos aplicados nas instituições financeiras. Colocando-se à disposição para algum
513 questionamento, propôs a aprovação da Prestação de Contas do Fundo de Amparo ao
514 Trabalhador, exercício de 2006. A Coordenadora-Substituta passou a palavra ao Sr. Marco
515 Antonio Reis Guarita, da CNI, que indagou o porquê de estar saindo de um patamar de R\$ 16
516 bilhões para uma programação de R\$ 8 bilhões. O Representante da CGFAT esclareceu que o
517 FAT, nos últimos anos, 2004/2005, principalmente 2004, tinha um volume de recursos muito
518 grande no Extramercado e com a política de tentar colocar esses recursos no mercado, gerar
519 emprego e renda, o Ministério do Trabalho e Emprego buscou junto aos Bancos a possibilidade
520 de aplicação desses recursos, saindo, assim, de uma programação de 5, 6 bilhões, para uma
521 programação já de R\$ 13 bilhões. Destacou que em 2006, com um grande esforço do Conselho,
522 da Secretaria-Executiva do CODEFAT, chegou-se a R\$ 16,2 bilhões de aplicação, mas que em
523 2007 se estaria operando no limite da reserva de contingência. Esclareceu com relação à reserva
524 de contingência, que havia uma receita muito maior do que a despesa, sendo a reserva alocada
525 em depósitos especiais. Concluiu, esclarecendo que esses R\$ 8 bilhões seriam constituídos de
526 parte dos retornos dos recursos das amortizações dos depósitos especiais e de remunerações que
527 a aplicação desses recursos estaria gerando e que ingressavam ao FAT e retornavam aos Bancos,

528 resultando assim em R\$ 8 bilhões apenas, em relação a R\$16 bilhões de 2006. O Representante
529 da CNI observou que havia muitos anos acompanhava o CODEFAT, em alguns momentos em
530 função de definições políticas com apoio do Conselho, destacando que não havia nada fora da
531 linha, mas parte da remuneração dos depósitos especiais havia sido transferida para orçamento
532 sem retorno, ou seja, outros programas que eram custeados pelos recursos do FAT. Questionou,
533 considerando até que sua pergunta talvez fosse impertinente, se essa redução para R\$ 8 bilhões
534 também trazia ou não essa reorientação política. O Representante da CGFAT ressaltou que
535 aumentaram os gastos com pagamentos dos benefícios, realidade que impactava na redução do
536 recurso que sobrava para aplicar. Observou que existia um aumento da despesa não proporcional
537 ao aumento da receita, sendo que o salário mínimo, que dava o maior impacto nas despesas,
538 estava sendo mais que proporcional ao aumento da arrecadação PIS / PASEP que era a fonte
539 primária. Destacou que as receitas financeiras estavam com linha de decréscimo por causa da
540 queda das taxas de juros, havendo, então, aumento de despesas e redução de receitas, fazendo
541 com que sobrassem menos recursos para alocar em depósitos especiais. O Representante da CNI
542 indagou se o saldo de Extramercado de R\$ 8 bilhões foi o que fechou em 2006, ao que o
543 Representante da CGFAT respondeu afirmativamente, encerrando em 31 de dezembro e havendo
544 no momento R\$ 11 milhões. O Representante Titular da Força Sindical, Sr. Luiz Fernando de
545 Souza Emediato, observou que foi apresentado na reunião do CODEFAT que o Relatório de
546 Gestão trazia algumas questões preocupantes, outras interessantes, com várias recomendações e
547 determinações do TCU que tinham a justificativa do Ministério: “Concordo”, “Discordo”,
548 “Discordo Parcialmente”. Ressaltou que tais fatos diziam respeito aos Conselheiros em sua
549 posição de gestores do Fundo, e que imaginava que nessa reunião do GAP seria feito também o
550 resumo do Relatório de Gestão, e que teria que ser recomendado pelos Conselheiros a aprovação
551 com ou sem ressalvas. Observou que seria importante atentar para o que estava no Relatório de
552 Gestão, porque poderia conter alguma discordância ou concordância do Ministério que poderia
553 não ter a concordância dos Conselheiros, indagando como conduzir as questões atinentes ao
554 Relatório de Gestão. Retornando à questão que já havia abordado em reunião de aprovação de
555 contas anteriores, que eram as recomendações do CODEFAT que foram feitas atendendo a
556 recomendações dos Órgãos de Controle, que era um investimento maior do Fundo, dando ao
557 MTE condições de equipar melhor sua equipe. Destacou que a questão de recursos humanos e
558 sistemas para a Coordenação-Geral de Recursos do FAT já havia sido tratada um ano atrás, e
559 pelo que podia observar, continuava a mesma coisa, porque, os Órgãos de Controle já chamaram
560 a atenção do Ministério para a fragilidade de recursos humanos e sistemas, este até mais
561 importante, pois o Ministério admitia que não possuía sistema, que os Bancos enviavam as

562 informações e o MTE não tinha condições de analisá-las por falta de sistema e de funcionários.
563 Com relação a recursos humanos, relatou que desde 2004 se esperava um Projeto de Lei ser
564 aprovado no Congresso, chamando a atenção do Sr. Ezequiel Nascimento para o assunto e que,
565 enquanto não fosse aprovado, a dificuldade permaneceria. Citou o Fundo com patrimônio de R\$
566 130 bilhões; os Órgãos de Controle cobrando resultados e a resposta, que classificou de
567 dramática, “infelizmente esta é a realidade, não temos aplicativos e sistema”. Destacou que citou
568 apenas um dos vários problemas, mas que existiam outros que poderia citar e que também
569 preocupavam aos Conselheiros do Fundo, porque, em última análise, eram eles os responsáveis
570 pela gestão e o Ministério pela execução e, se os Organismos de Controle fossem mais rigorosos
571 iriam cobrar uma solução. Ressaltou que ano após ano respondiam com justificativas, dizendo
572 que infelizmente não dava para controlar, fazer uma gestão como deveria ser feita. Concluindo,
573 observou que não era o momento de discutir o assunto, contudo, indagando como seria
574 conduzido o Relatório de Gestão, que preocupava a todos. O Sr. Ezequiel Nascimento confirmou
575 que de fato havia um projeto de Lei desde 2004, que criava 1.951 cargos para o Ministério do
576 Trabalho e Emprego, informando de uma audiência com o Presidente do Senado e com o
577 Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, onde se
578 encontrava o Projeto de Lei, sendo idéia de o Ministro tentar acelerar para ver se ainda antes do
579 recesso do Congresso essa Lei estivesse aprovada e sancionada. Dirigindo-se ao Representante
580 da Força Sindical, observou que em relação às outras preocupações acreditava que o Conselho
581 não cobraria tanto do Ministro quanto o mesmo iria cobrar do Governo, destacando que quanto
582 mais fossem levantados os problemas existentes, especialmente, os estruturais, melhor seria.
583 Destacou que ninguém teria mais interesse em fazer o Conselho cumprir o seu papel e fazer o
584 Fundo de Amparo ao Trabalhador cumprir o papel para o qual foi criado do que essa atual
585 gestão. O Representante Titular da CNF, Sr. Octávio de Lazari Júnior, observou que o Relatório
586 de Gestão foi lido, ficando a dúvida do que fazer, não havendo uma diretriz. Observou que se
587 estava falando de um Fundo com R\$ 120 bilhões de recursos aplicados em operações de crédito,
588 comparando-o a outros bancos, como o Banco Itaú, que tinha mais ou menos R\$ 100 bilhões de
589 ativo e ao Bradesco, com R\$ 400 milhões, que investia todo ano em informática, destacando que
590 não se podia ficar tratando com amadorismo, pois era coisa séria, com muito recurso envolvido.
591 O Representante da CNI considerou a preocupação do Representante da Força Sindical igual à
592 do Conselho desde muitos anos, de ter meios adequados para dar o devido suporte à gestão
593 desses recursos, mas discordou do Representante da CNF por comparar coisas distintas, visto os
594 Bancos citados mobilizarem montantes distintos daquele que uma organização como o Fundo
595 movimentava. Contudo, colocou que sua observação não conflitava em nada com a preocupação

596 que era de todos, a recomendação de que a Secretaria Executiva do FAT tivesse recursos de toda
597 natureza, para poder fazer o suporte adequado, inclusive com o relacionamento com as
598 instituições financeiras, observando que, pela sua experiência, o desafio enfrentado era
599 gigantesco, por terem que se relacionar e negociar com instituições que por sua vez tinham
600 recursos e capacidade infinitamente superiores às que a Secretaria Executiva do FAT era capaz
601 de mobilizar. Finalizou, reforçando a preocupação de que a Secretaria-Executiva do FAT teria
602 condições para fazer ainda melhor a gestão dos recursos. Não havendo mais nenhum comentário,
603 a Coordenadora Substituta destacou que a proposição da CGFAT, responsável pela elaboração
604 da prestação de contas era propor a aprovação, indagando ao Representante da Força Sindical se
605 gostaria de incluir algum tipo de ressalva no despacho ao Conselho. O Representante da Força
606 Sindical informou que aprovaria a prestação de contas com ressalva em relação ao assunto,
607 podendo propor como encaminhamento, se os demais estivessem de acordo, o seguinte: como a
608 reunião do CODEFAT, no dia seguinte, estava prevista para durar um tempo considerável e pelo
609 que percebia seria bastante rápida na parte de referendar o que foi dito na reunião do GAP, sobre
610 as prestações de contas, os assuntos “ad referendum”, propôs que fosse feito um resumo do
611 Relatório de Gestão a ser apresentado para o CODEFAT, para que o mesmo tivesse
612 conhecimento do que se discutia no GAP. O Sr. Ezequiel Nascimento solicitou um aparte para
613 informar que foi colocada na última reunião do FONSET a antiga discussão sobre o Fórum ter
614 assento no CODEFAT, o que lhe parecia depender de alteração legal, informando que o Ministro
615 concordou com aquele posicionamento e determinou aos órgãos técnicos que estudassem essa
616 possibilidade. Destacou que não sabia se no âmbito do Conselho seria bom discutir o assunto,
617 apenas informando que o Ministro havia concordado com o mesmo. O Representante da Força
618 Sindical observou que se poderia fazer esse comentário na reunião do CODEFAT, mas
619 implicaria em toda uma recomposição do Conselho, por ser tripartite e paritário, pois, à medida
620 que se criava mais um cargo, teria que criar mais uma vaga dos empregadores, dos trabalhadores
621 ou alguém do Governo sair. Destacou que sempre havia sido favorável a essa inclusão e que
622 sempre havia tocado no assunto em outras reuniões do FONSET, indagando se seria feito por
623 decreto, ao que o Sr. Ezequiel Nascimento esclareceu que a previsão do Conselho era lei. O
624 Representante da Força Sindical considerou procedente tratar do assunto, visto o Ministro do
625 Trabalho e Emprego ter interesse e seria uma atitude bastante simpática. Sugeriu que fosse
626 estudado no âmbito do Governo, e que o mesmo fizesse uma proposta para o Conselho em uma
627 próxima reunião. A Presidente Interina do FONSET, Sra. Eliana Pedroza, apresentou-se e
628 agradeceu ao Sr. Ezequiel Nascimento por ter colocado o pleito dos Secretários Estaduais do
629 Trabalho como executores das Políticas Públicas de Trabalho, para que tivessem assento, voz e

630 voto, no CODEFAT. Informou que o FONSET, na primeira reunião de 2007, produziu um
631 documento intitulado “A Carta de Brasília”, entregue para ser distribuída aos presentes, onde se
632 colocavam algumas dificuldades dos Secretários, que gostariam de compartilhar com os
633 membros do GAP para que todos pudessem abraçar a mesma causa. Destacou as seguintes
634 questões: 1) desvinculação das receitas da União - DRU, recursos que não deveriam ser
635 contingenciados e que faziam falta para as políticas públicas de trabalho, considerando os
636 elevados níveis de desemprego que havia no país; 2) a reivindicação do FONSET de poder ter
637 voto no CODEFAT; 3) revisão do SIGAE; 4) estudar a questão da Resolução do CODEFAT nº
638 531, que alterou os critérios de distribuição de recursos e que prejudicou a maior parte dos
639 estados; e, 5) prorrogação da execução financeira dos plano de trabalho de 2006. Destacou que o
640 Ministro do Trabalho e Emprego esteve presente à reunião do FONSET e se mostrou aberto para
641 analisar o tema, sendo o GAP o Fórum adequado para colocar as suas questões para as análises
642 técnicas que iriam subsidiar os Conselheiros para a tomada de decisão. Finalizando, solicitou que
643 o estudo dessas questões fosse tratado com muito carinho, para que os estados brasileiros
644 pudessem ter mais efetividade na aplicação dos recursos e também maior eficácia nas suas
645 Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. A Coordenadora Substituta referiu-se aos
646 pontos citados pela Presidente Interina do FONSET, destacando que a questão da desvinculação
647 das receitas da União era uma agenda com a qual o Ministro havia se comprometido. Em relação
648 ao SIGAE, informou que foi firmado novo contrato por 3 anos, com mudança de plataforma para
649 tornar o Sistema mais barato e mais ágil e possibilitar sua operação via *Internet* e a ampliação do
650 Sistema, propiciando maior integração entre as ações. Deixou registrado que esta agenda estava
651 em curso, sendo também uma preocupação do Ministério, que se ressentia de instrumento mais
652 adequado de acompanhamento e controle. Ressaltou que a questão de pessoal e de sistemas, não
653 era problema somente do Ministério do Trabalho e Emprego, mas sim de diversas instâncias do
654 Governo. Referiu-se à Resolução que propunha critérios para distribuição de recursos e como foi
655 aprovada “*ad referendum*” recentemente, que seria apresentada para homologação com mais
656 detalhes, e cuja idéia geral era adequar os critérios de repasse de recursos às características do
657 mercado de trabalho local também no sentido de promover maior integração das ações. Quanto à
658 prorrogação do Plano de Trabalho, observou ser um assunto que poderia ser tratado no âmbito do
659 Ministério, ressalvando que, quanto mais se prorrogasse a execução de 2006, mais se
660 comprometeria a execução de 2007. Destacou que a interlocução com a FONSET era muito
661 importante para o Ministério e tinha certeza que os Conselheiros na reunião do dia seguinte iriam
662 receber esse documento e tratariam do assunto com toda atenção. O Representante da Força
663 Sindical observou que quanto mais se prorrogasse o prazo, o beneficiário da prorrogação não

664 assinar o convênio novo e não receberia recursos para 2007, sendo um aditivo de prazo, não
665 financeiro. O Sr. Ezequiel Nascimento referiu-se à DRU, informando que o Ministro do
666 Trabalho e Emprego teve uma reunião com o Ministro da Fazenda, que se mostrou preocupado
667 com a dimensão que essa discussão já havia tomado, discussão essa que já se encontrava no
668 Congresso Nacional, com a simpatia de alguns Ministros de Estado. Destacou que no âmbito das
669 centrais sindicais e até das centrais patronais, a discussão era a mesma de há muito tempo: se um
670 patrimônio que era patrimônio do trabalhador, poderia ser considerado para efeito de
671 desvinculação como receita da União, sendo que a Emenda Constitucional tirou 20%,
672 observando que com o vencimento do prazo, era evidente que o Congresso aprovaria a
673 prorrogação da DRU. Ressaltou que a discussão era sobre unir forças para a mesma não incidir
674 sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador, observando que acreditava ser o CODEFAT o Fórum
675 mais adequado para dar um norte a isso e que seria salutar tratar sobre o assunto na reunião do
676 dia seguinte. A Coordenadora Substituta retomou o ITEM 2.4 da Pauta, sobre a Prestação de
677 Contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, exercício de 2006 que ficou inconcluso, sugerindo
678 que o Representante da Força Sindical qualificasse o teor da ressalva em relação à Prestação de
679 Contas, para que se pudesse dar o encaminhamento. O Representante da Força Sindical propôs
680 que o item fosse aprovado com ressalvas, tendo em vista incertezas quanto ao Relatório de
681 Gestão, onde estava escrito que os recursos técnicos deveriam estar bem aplicados, porém, a
682 própria Coordenação-Geral de Recursos do FAT admitia, por escrito, que devido à falta de
683 recursos humanos e de sistemas, não teria conhecimento de certos fatos. O Coordenador-Geral
684 da CGFAT observou que quando se fazia a ressalva, havia que qualificar de forma bem precisa o
685 ponto que estava sendo ressalvado e que no caso em tela, a ressalva se dava pela questão da falta
686 de estruturação de recursos humanos, materiais, de informação e comunicação. A Coordenadora
687 Substituta indagou se os demais membros do GAP concordavam com a inclusão dessa ressalva,
688 ao que Representante Suplente da CUT, Sr. Sidiclei da Silva Patrício, ressaltou que os pontos
689 levantados no Relatório de Gestão já eram conhecidos do GAP e do Conselho, que vinham
690 aprovando as contas na base da confiança, sendo que estas questões pontuais não traziam
691 impacto nos números ou em uma série de outras questões. Observou que a questão de
692 encaminhamento era um posicionamento por Representação, considerando desnecessário que o
693 GAP registrasse no despacho, uma vez que não era nada novo, sendo uma questão que fazia
694 parte como todos os problemas estruturais que foram levantados. A Coordenadora Substituta
695 indagou se atenderia, a título de encaminhamento, propor a manutenção do primeiro parágrafo
696 pela aprovação, e indagando ao Representante da Força Sindical se poderia ser a título de
697 recomendação ou se gostaria que mantivesse como ressalva da Entidade em relação ao

698 desconforto com o constatado no Relatório de Gestão. O Representante da Força Sindical
699 concordou a respeito da manutenção da ressalva para que ficasse registrado. O Representante
700 Suplente da CUT sugeriu, como encaminhamento, que constasse em ata que a Representação da
701 Força Sindical aprovava as contas com ressalva, o que foi acatado pelo Representante da Força
702 Sindical e apoiado pelo Representante Titular da SDS, Sr. Pedro Perez e pela CNI. A
703 Coordenadora Substituta destacou que o despacho seria mantido como estava e que constaria em
704 Ata o registro da ressalva, solicitando ao Representante da Força Sindical uma sugestão de
705 redação a ser incluída na ata, que indicou que fossem colocados os termos usados pelo
706 Coordenador-Geral da CGFAT. Concluindo o Item, a Coordenadora Substituta registrou o
707 consenso do Grupo em manifestar ao CODEFAT a recomendação de aprovação da Prestação de
708 Contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, exercício 2006, registrando a ressalva feita pelo
709 Representante da Força Sindical, acompanhado pelo Representante da SDS e CNI, nos seguintes
710 termos: a ressalva se dá pela questão da falta de estruturação de recursos humanos, materiais, de
711 informação e comunicação. Como a CNI não se encontrava formalmente presente, a ressalva
712 pela Bancada dos Empregadores foi solicitada pelo Representante Titular da CNF. Prosseguindo
713 com a Pauta, a Coordenadora Substituta passou para o **ITEM 3 – Aprovação do Relatório de**
714 **Aplicação de Depósito Especial e do DAF - exercício 2005.** 3.1. Financiadora de Estudos e
715 Projetos - FINEP; 3.2. Banco da Amazônia - BASA; 3.3. Banco do Nordeste do Brasil – BNB; e,
716 3.4. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O Coordenador-Geral
717 da CGFAT iniciou sua apresentação indicando os relatórios referentes à aplicação de recursos
718 em depósitos especiais, em 2005, pela FINEP, BNDES, BASA e Banco do Nordeste, relatórios
719 que já estavam extemporâneos, porque deveriam ter sido concluídos antes da prestação de contas
720 de 2005, já aprovada, mas, que devido justamente aos motivos discutidos, somente agora estava
721 sendo possível cumprir as análises desses planos de aplicações pelos Bancos. Ressaltou que,
722 relativamente a 2006, esses planos ainda estavam em análise pela equipe, e que seriam
723 apresentados no decorrer de 2007. Esclareceu que a documentação foi analisada sem confronto
724 com os registros *in loco*, diante da questão de restrição de recursos, principalmente de recursos
725 humanos. Observou que estavam propondo a aprovação do Relatório Anual de Aplicação, mas
726 deixando bem claro para as instituições que não se tratava de dar quitação à movimentação de
727 Depósitos Especiais, aprovando o relatório à luz da documentação apresentada. Esclareceu que
728 estavam faltando duas instituições, Banco do Brasil e CAIXA, cujos relatórios ainda estavam
729 sendo analisados. Explicou que pelo Banco do Brasil ainda não havia sido possível cumprir todo
730 o processo de segregação de contas, o que estava sendo providenciado e que havia demandas
731 tecnológicas que o Banco estava procurando cumprir e, a CAIXA, embora estivesse em uma

732 etapa mais avançada, devido à integração entre sistemas financeiro e contábil para regularizar o
733 encontro dos saldos das movimentações de Depósitos Especiais, no âmbito da segregação de
734 contas. A Coordenadora Substituta abriu a palavra aos presentes, e, em não havendo nenhuma
735 inscrição, informou o colhimento das assinaturas no despacho, propondo ao Conselho a
736 Aprovação dos Relatórios de Aplicação de Depósitos Especiais e dos dados do exercício de
737 2005, ficando claro que não implicaria em quitação plena para a FINEP, BASA, BNB e BNDES.
738 Passou ao último ponto da Pauta, **ITEM 4 - Proposta de Resolução que dispõe sobre a**
739 **Programação Anual de Depósitos Especiais do FAT – PDE, para o exercício de 2007.** O
740 Coordenador-Geral da CGFAT iniciou sua apresentação observando que, para falar sobre a PDE
741 para o exercício de 2007, falaria das origens dos recursos do FAT. Relembrou que havia 80% da
742 contribuição PIS/PASEP, dos quais se passava 40% para o BNDES, na forma de empréstimo, o
743 qual, por sua vez, pagava juros sobre esse empréstimo, com base na TJLP, conforme estoque de
744 financiamento para exportação. Referiu-se à remuneração de Depósitos Especiais, um mix de
745 SELIC e TJLP, do extramercado, onde se mantinha a reserva mínima de liquidez, a RML do
746 FAT, aplicada em títulos do Tesouro Nacional, e também o que excedia à reserva mínima, que
747 era um controle da disponibilidade do Fundo. Destacou: 1) a Cota Parte da Contribuição
748 Sindical, que era os 20% destinados ao Ministério do Trabalho e Emprego, e alocados no
749 orçamento do FAT, que custeava a estrutura do Ministério, das DRTs e alguns outros programas;
750 2) a remuneração sobre os saldos não desembolsados pelos agentes pagadores, que eram as
751 contas suprimento, que constituíam receita para o FAT; e, 4) as multas que estavam previstas na
752 legislação do Seguro-Desemprego, da RAIS, do CAGED e do Abono, informando que os
753 ressarcimentos feitos por aplicadores de recursos do FAT, quando havia uma glosa de uma
754 despesa, voltavam para o FAT como receita e, as devoluções de saldos de convênio não
755 executados, voltavam no ano seguinte como receita, além de outros recursos que podiam ser
756 destinados para o FAT. Ressaltou que o Governo Federal podia destinar outras fontes de recurso
757 para compor o orçamento, a fim de equilibrar a questão de resultado primário, assim como o
758 poder judiciário em seus processos podia imputar cominações às partes e esses recursos serem
759 destinados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. Observou que a principal fonte de recursos do
760 FAT era o PIS / PASEP, destacando a sua situação em 2006: arrecadação de R\$ 23,7 bilhões,
761 sendo destinado ao FAT 80%, R\$ 18,9 bilhões e R\$ 4,7 desvinculados para DRU. Do total de R\$
762 18,9 bilhões, R\$ 11,3 eram destinados a Programas e pagamento de benefícios, Seguro-
763 Desemprego e Abono Salarial e, 40%, R\$ 7,6 bilhões destinado ao BNDES. Ressaltou que as
764 principais saídas de fluxo de caixa do FAT eram as despesas com o Programa do Seguro-
765 Desemprego, envolvendo benefícios, qualificação profissional, intermediação de emprego,

766 pesquisa de emprego e desemprego, apoio operacional, custeio das Delegacias Regionais do
767 Trabalho e uma série de outras despesas dos Programas no âmbito do FAT e do Programa do
768 Seguro-Desemprego. Destacou que passaria a focar na aplicação financeira dos depósitos
769 especiais porque era a fonte de recurso para a programação anual da PDE, e de onde haveria a
770 distribuição dos recursos casados com o comportamento do extramercado, visto a alocação de
771 recursos para depósitos especiais ser uma tramitação entre extramercado e depósitos especiais.
772 Indicou a evolução do saldo de depósitos especiais, saindo de R\$ 15,8 bilhões, em 2000, para R\$
773 48,5, em 2006, tendo que acelerar a utilização do excedente da reserva mínima de liquidez, com
774 comportamento crescente, formando um colchão, até o ano de 2004. Pontuou que no período
775 2005-2006 houve uma decisão de cumprimento de governo, de diretriz, para que fosse feita uma
776 transição de aplicação de extramercado, que estava em títulos do Tesouro para depósitos
777 especiais, financiando o desenvolvimento econômico. O Coordenador-Geral da CGFAT
778 observou que houve, então, uma aceleração dessa aplicação, alcançando em 2005, R\$ 13,9
779 bilhões, e em 2006, R\$ 16,2 bilhões. Indicou que na evolução patrimonial do Fundo, havia um
780 destaque na queda da rentabilidade média do patrimônio, atrelando a essa situação a queda das
781 taxas de juros, a qual, ao mesmo tempo em que era desejável, ocasionava, também, no caso do
782 Fundo de Amparo ao Trabalhador, um aumento de despesas, principalmente com a questão de
783 benefícios diretamente originados pelo reajuste do salário mínimo. Destacou que, à medida que
784 se aumentava a aplicação em depósitos especiais e reduzia em extramercado, essa remuneração
785 era menor em depósitos especiais, porque o seu volume principal era remuneração TJLP, sendo
786 que no extramercado, se chegou, em alguns exercícios, a mais de 100% do CDI ou da própria
787 TMS. Indicou que em 2006, uma representatividade em torno de 75% do patrimônio estava
788 aplicada no BNDES, sendo o FAT credor do passivo do BNDES em cerca de 40%, conta
789 registrada no balanço do BNDES como dívida subordinada. O Coordenador-Geral da CGFAT
790 chamou a atenção para o demonstrativo, ressaltando a queda da rentabilidade de R\$ 15,6 em
791 2004 para R\$ 11,14 em 2006 e, sobre o destaque da reserva mínima de liquidez, esclarecendo
792 que a mesma destinava-se a garantir o pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial
793 PIS/PASEP, caso houvesse uma descapitalização do Fundo. Esclareceu que não havendo
794 ingresso de receita do PIS/PASEP suficiente para cobrir as necessidades, bem como das receitas
795 financeiras do Fundo, havia que lançar mão da reserva mínima de liquidez que era
796 obrigatoriamente mantida no extramercado, do qual somente poderia ser retirada se ocorresse
797 essa situação, e somente para aplicar em depósitos especiais, e somente o que excedesse a essa
798 reserva mínima, que em 2007 alcançou R\$ 8 bilhões. Destacou que visava garantir recurso de
799 curto prazo para o custeio das despesas e atualmente correspondia, pela Lei nº 8.019, a um

800 período de 06 meses de cobertura. Informou que, para chegar à PDE de 2007, havia que partir de
801 uma projeção de recursos que fazia parte de um anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias –
802 LDO, fazendo estimativas para o período completo de gestão de 03 anos. Observou que estava
803 demonstrado que a nova sistemática aprovada pelo CODEFAT para realização dos depósitos
804 especiais estava adequada no que dizia respeito ao equilíbrio entre recursos aplicados e
805 disponíveis, no sentido de não haver um entesouramento, uma retenção de recursos disponíveis
806 para geração de emprego e renda na tesouraria dos agentes financeiros. Destacou que o
807 CODEFAT, na Resolução nº 439, preceituava que o limite de disponível fosse de até 6% do
808 aplicado, o que excedesse a esse percentual teria que ser retornado ao FAT pelo Banco, para que
809 fosse feita a reaplicação em depósitos especiais, sendo que o disponível em 2006 fechou com
810 5,1%. Relatou que os agentes financeiros, por outro lado, queriam redução do percentual de
811 Reembolso Automático - RA para potencializar aplicações, sendo que a questão de avaliar a
812 redução de RA não poderia ser tratada isoladamente, havendo também a necessidade de melhor
813 gerenciamento do fluxo dos recursos dos depósitos especiais do FAT pelos agentes financeiros.
814 Esclareceu que a nova sistemática aprovada pelo FAT trouxe determinadas liberdades em termos
815 de aplicações, de prazos, mas por outro lado exigiu mais dos Bancos no gerenciamento do fluxo
816 de caixa, tendo, então, que casar esta operação com o cumprimento de obrigações perante os
817 Depósitos Especiais do FAT, cuja Fonte foi pressionada pela crescente demanda dos agentes
818 financeiros. Destacou o exercício de 2006, com R\$ 16,2 bilhões de recursos aplicados em
819 depósitos especiais, esclarecendo, mais uma vez, que o processo de segregação de contas do
820 Banco do Brasil ainda não se encontrava concluído. Observou que na previsão de 2007 não havia
821 nenhuma alteração nas condições vigentes que norteavam os depósitos especiais ou mesmo a
822 gestão financeira do FAT e que, no fluxo que iria alimentar os recursos da PDE 2007, se estava
823 considerando receber os pagamentos das dívidas BNDES e Banco do Brasil, no montante de
824 cerca de R\$ 1 bilhão. Destacou que, o exercício de 2006 já estava realizado, com 2007 a 2010
825 claramente projetados, sendo que em 2006 foram R\$ 16,2 bilhões; e, em 2007, R\$ 8 bilhões de
826 recursos, ressaltando que essa projeção seria feita com total segurança, desde que realizadas as
827 premissas colocadas anteriormente, contando com entrada de fluxo de recursos que estavam em
828 tramitação junto ao Banco do Brasil, BNDES e também acompanhando o comportamento do
829 Seguro-Desemprego e Abono Salarial. Prosseguindo, relatou que em 2008, foram projetados R\$
830 8 bilhões; 2009, R\$ 6 bilhões; 2010, R\$ 6 bilhões, com uma aplicação média de R\$ 7 bilhões ao
831 longo desses exercícios, tudo isso considerando que a DRU fosse prorrogada, caso contrário, e se
832 os 20% retornarem ao FAT, além de serem injetados diretamente no desenvolvimento
833 econômico, via BNDES, R\$ 2,34 bilhões, pelo empréstimo dos 40%, se teria uma projeção de

834 PDE para 2008 de R\$ 10 bilhões, ao invés de R\$ 8 bilhões; em 2009, R\$10 bilhões ao invés
835 de R\$ 6, 8 bilhões; e em 2010, ao invés de R\$ 6 bilhões, R\$ 14 bilhões, pelo incremento desses
836 20% no fluxo de caixa do FAT. Destacou que a não prorrogação da DRU para o FAT era
837 significativo para o futuro das programações de depósitos especiais. Enfatizou que,
838 permanecendo esse contexto se chegaria a 2010 buscando certo equilíbrio do excedente da
839 reserva mínima, mas haveria também um comportamento de ajuste para menor da alocação em
840 PDE, com a conta do saldo de depósitos especiais permanecendo no patamar dos R\$ 50 bilhões.
841 Considerou que cada vez que se concediam novos benefícios fiscais ao setor produtivo sobre o
842 PIS / PASEP, havia uma tendência de reduzir os recursos. Aumento de despesas dos benefícios
843 pelo crescimento da base de beneficiários e do reajuste do salário mínimo. O incremento da
844 política do governo de redução dos juros, porque as receitas financeiras exerciam papel
845 importante na alimentação dessa programação, e o alongamento dos prazos dos títulos do
846 Tesouro Nacional, fazendo com que na continuidade de alongar o perfil da dívida pública, os
847 títulos pós-fixados, com base na TMS tiveram redução de lançamento pelo Tesouro. O
848 Coordenador-Geral da CGFAT destacou que a oferta foi reduzida em função de se colocar mais
849 títulos pré-fixados, ocorrendo, com isso, que a Carteira de extramercado do FAT tivesse uma
850 mudança em termos de receber aquisições de títulos pré-fixados e, para não se ter uma
851 rentabilidade abaixo do *open market*, que era 98% do CDI, teve que crescer na aplicação em
852 títulos pré-fixados e também aplicar nos títulos do tesouro pós-fixados, mas com prazo de
853 vencimento maior, o que fez com que houvesse certo descasamento entre a necessidade de
854 alimentação do fluxo de caixa de depósitos especiais, porque era necessário resgatar altas somas
855 num período menor, o que gerava perdas. Ressaltou que, em curto prazo, se estava propondo
856 algumas alternativas que estavam sendo discutidas no âmbito do governo e também no âmbito
857 do GAP e do CODEFAT, com algumas medidas sendo propostas e submetidas à CONJUR e ao
858 próprio CODEFAT. Destacou a proposta de alteração da alínea 'b' do Inciso II do artigo 2º,
859 parágrafo 9º, para contemplar a redução do prazo de cobertura da reserva mínima, de 6 meses
860 para 4 meses em 2008, e de 3 meses de 2009 em diante, sendo que a reserva mínima passaria a
861 cobrir 3 meses, caso sua utilização fosse necessária. Ressaltou que até o momento nunca houve
862 insuficiência de recursos para o FAT e nunca se lançou mão da Reserva Mínima de Liquidez.
863 Destacou mudanças na Lei 8.019, para alterações no Fundo, de forma a possibilitar aumento da
864 sua rentabilidade, viabilizando a migração de aplicação exclusiva em títulos do Tesouro para
865 outros papéis, considerando que atualmente só se podia aplicar nesses títulos, o qual podia se
866 valer de outras formas para sua proteção. Observou que no caso do FAT, a lei vedava fazer essa
867 proteção, porque não se podia aplicar em derivativos, tendo que comprar os títulos pré-fixados e

868 ficar sem nenhuma proteção. Finalizando, destacou que a não prorrogação da DRU teria um
869 impacto significativo para o FAT. A Coordenadora Substituta do GAP discorreu sobre o
870 processo de definição de uma proposta para a PDE. Destacou que, tendo em vista esse cenário de
871 uma forte pressão sobre o fluxo de caixa do FAT e de uma disponibilidade para depósitos
872 especiais menores em 2007, foram estabelecidas algumas premissas: 1) alinhamento da alocação
873 dos depósitos especiais do FAT com prioridade de Governo; 2) compatibilidade da alocação dos
874 depósitos especiais com essa realidade do fluxo de caixa do FAT mais pressionado; e, 3)
875 priorizar investimento em detrimento de linhas de capital de giro. Dentro da premissa de
876 alinhamento com prioridades de Governo, o primeiro desdobramento estava associado à
877 necessidade ou um requerimento do governo de aplicação de depósitos especiais, um PAC -
878 Plano de Aceleração do Crescimento, com a proposição de que a alocação de depósitos especiais
879 se fizesse na cadeia produtiva do Plano, mas buscando priorizar programas com retorno mais
880 rápido ao Fundo, assim como a alocação de depósitos especiais em outros setores prioritários do
881 Governo. Sobre a segunda premissa que era a de compatibilidade com a alocação de depósitos
882 especiais com o fluxo de caixa do FAT, destacou que, tendo em vista que havia uma redução de
883 45%, para aplicação em depósitos especiais, fazia-se necessário compatibilizar a PDE com o
884 fluxo de caixa do FAT, levando a uma alocação em linhas de crédito cujo fluxo de retorno era
885 mais rápido. Observou que a terceira premissa estaria associada a um contexto de redução de
886 alocações em linhas de crédito destinadas a capital de giro, em 2006, sendo que ao todo foram
887 mais de 2,6 milhões de operações, com R\$ 3,4 bilhões de reais em depósitos especiais,
888 considerados: PROGER - Capital de Giro, Giro Rural, Giro Setorial e Giro Cooperativo
889 Agropecuário. Ressaltou que, em um contexto de redução de disponibilidades, rever se era
890 considerável a alocação de recursos em capital de giro, pois estes competiam com recursos
891 destinados ao investimento. Como resumo dessas prioridades e tendo em vista uma PDE de R\$ 8
892 bilhões, a Coordenadora Substituta destacou que se sugeria a alocação de R\$ 3,2 bilhões em
893 setores associados à cadeia produtiva do PAC; R\$ 1,1 bilhão no PRONAF, com destaque para
894 investimento; muito próximo de R\$ 2 bilhões em micro e pequenos empreendimentos com foco
895 em investimento; R\$ 420 milhões no setor rural, afora o PRONAF; R\$ 230 milhões em
896 inovações tecnológicas, nas linhas operacionalizadas pela FINEP e, R\$ 1 bilhão ao todo no Giro
897 Setorial, programa de bastante prioridade para o Governo, além de um incremento, ainda que R\$
898 14 milhões fossem pouco significativos em relação ao resto da PDE, no PNMPO em particular e
899 também uma reserva de alocação para inclusão digital. Destacou que as premissas básicas que
900 nortearam a elaboração da PDE constavam da pasta com a documentação que os Membros do
901 GAP receberam, com a distribuição entre programas e linhas de crédito especial, já considerados

902 os recursos repassados das instituições financeiras operadoras de depósitos especiais, a título de
903 adiantamento de PDE, conforme autorização do próprio Conselho. Esclareceu que quanto aos
904 adiantamentos, ainda que estivesse facultada à Secretaria Executiva do CODEFAT, a liberação
905 de até 1/12 por mês, 1/12 da PDE do ano anterior, tendo em vista esse contexto de menor
906 disponibilidade para a PDE do presente ano, foram bastante conservadores nos adiantamentos de
907 PDE, o que se traduziu em uma proposta de R\$ 6.517.623.000 em Programas e R\$1.482.377.000
908 em linhas de crédito especial, totalizando R\$ 8 bilhões. Informou que no material entregue
909 constava a minuta de Resolução que propunha a PDE 2007, podendo observar no Quadro
910 Comparativo, quais eram as alterações em relação ao ano anterior, que ocorriam a partir do
911 artigo 3º, em que a Secretaria Executiva do CODEFAT propunha que os remanejamentos do
912 PDE, que o Conselho já havia autorizado no passado, fossem feitos pela Secretaria Executiva,
913 num montante de até 20%. Destacou que isso ocorreria na programação de um destaque para
914 outro e entre linhas de créditos especiais, desde que não alterando os montantes de programas e
915 linhas de créditos especiais, para além dessa autorização que já existia em 2006, como também
916 solicitando autorização para que esse mesmo tipo de remanejamento pudesse ser feito entre um
917 programa e outro. Enfatizou que a justificativa para essa solicitação era dar maior flexibilidade à
918 alocação dos recursos sem que fosse necessário recorrer ao Conselho toda vez que fosse preciso
919 rever uma alocação. A Coordenadora Substituta colocou que a outra alteração seria a inclusão do
920 5º artigo e um parágrafo 3º, tratando sobre as multas das instituições financeiras nos termos já
921 previstos em outras resoluções, especificamente as relativas à questão da multa relacionada ao
922 RA. Concluindo, a Coordenadora Substituta abriu a palavra aos presentes, com o Representante
923 Titular do BNDES, Sr. Guilherme Arruda Accioly, sugerindo que o artigo 5º não fosse incluído
924 e fosse discutido com mais calma, pois conforme era do conhecimento do Ministério, O BNDES
925 se encontrava em uma negociação sobre multa, o que poderia impedir o acesso aos recursos de
926 depósitos especiais. Indagou sobre uma planilha encaminhada por e-mail, ao que o Coordenador-
927 Geral da CGFAT indicou que se encontrava no material entregue. O Representante do BNDES
928 ressaltou que essa planilha era muito importante para defender um ponto em particular, pois
929 indicava que sobrava quase R\$ 1 bilhão afora a reserva de liquidez, e que gostaria de sugerir que
930 esse valor fosse incorporado à PDE. O Coordenador-Geral da CGFAT observou que o excedente
931 à reserva mínima de liquidez, não somente se destinava à PDE, à aplicação em depósitos
932 especiais, mas também do próprio fundo, sendo o giro do fluxo. Destacou que sempre
933 trabalharam com excedente, e que a primeira vez que o excedente chegou abaixo de R\$ 1 bilhão,
934 foi justamente em 2006. Esclareceu que esse excedente, era o início para, no exercício seguinte,
935 começar a fazer depósitos especiais, como também lançar mão de recursos para pagar despesas,

936 porque a reserva mínima tinha que ser mantida. O Representante do BNDES concordando com
937 as colocações, indagou se não se poderia diminuir esse colchão, ao que o Coordenador-Geral da
938 CGFAT destacou que esse “colchão” era para fazer frente à redução de receita ou acréscimo de
939 despesa e que se o mesmo não existisse, teria que se deixar de repassar os recursos de depósitos
940 especiais, pois havia que ter o limite. Destacou, ainda, que os depósitos especiais foi uma medida
941 de custo/oportunidade, para que as disponibilidades do FAT não ficassem imobilizadas
942 simplesmente no extramercado, sendo os depósitos especiais permitidos por lei. Destacou que a
943 finalidade primordial do FAT era os 40% emprestados ao BNDES, o Programa do Seguro-
944 Desemprego e o custeio de Abono Salarial, e o que sobrava era justamente o que se destinava
945 para PDE. Esclareceu que quando a Lei nº 8.019 foi alterada em 28/12/1991, criando a figura
946 dos Depósitos Especiais, logo abaixo do primeiro parágrafo já se cravava a reserva mínima. O
947 Representante do BNDES observou que gostaria de solicitar que ao longo do ano fossem feitas
948 revisões da PDE, a cada reunião do CODEFAT e do GAP, ao que o Coordenador-Geral da
949 CGFAT ressaltou que por obrigação, havia sempre o acompanhamento da reserva mínima,
950 sempre atualizando o seu cálculo. O Representante Suplente do MAPA, Sr. João Cláudio da Silva
951 Souza, sugeriu que para apresentação ao CODEFAT fossem incluídas duas novas colunas no
952 quadro de proposição de alocação de recursos: uma com alocação em 2006, a título de
953 comparação, e outra com a participação relativa de cada um dos segmentos ali indicados. O
954 Representante do Banco do Brasil, Sr. Francisco Edimilson de Oliveira, reforçou o pleito do
955 Representante do BNDES, primeiramente em relação ao artigo 5º, considerando necessário haver
956 mais discussão sobre o assunto. Destacou que gostaria de informar que, em relação àquele
957 montante que estava registrado como dívida do Banco do Brasil, foi recolhido ao FAT, R\$
958 500.000.000, ressaltando que estava sendo discutida a metodologia, quanto à questão de eventual
959 penalidade que pudesse vir a ser atribuída ao Banco. Observou que o Banco alavancou bastante,
960 em termos de atendimento, as metas priorizadas no passado, e que iria operar fortemente com
961 micro e pequeno empreendedor, promover assistência à agricultura familiar especificamente,
962 atender aos programas emergenciais. Ressaltou que, após ter realizado esse esforço, ter
963 conseguido formar uma carteira que estava em torno de quase 20 bilhões de operações com
964 depósitos especiais, o Banco era penalizado com o RA de 2%, porque era linear para todas as
965 linhas. Reforçou a necessidade de discutir com o Ministério, em relação ao perfil de cada linha,
966 entendendo que o FAT tinha que ter os recursos reembolsados, teria que ter um fluxo de recursos
967 realimentados e que isso permitia essa dinâmica que o FAT tinha, mas que se preocupava com as
968 repercussões externas da redução da PDE. Enfatizou que sabia que isso ia acontecer, para o que
969 estavam se preparando desde outubro/novembro/2006, já em setembro começando a registrar

970 algumas preocupações, com a suspensão de algumas linhas. Referindo-se ao Capital de Giro,
971 excelente instrumento ao longo do exercício de 2006, mas que atualmente, chegou-se a um
972 momento em que não iria ter mais ingresso de novos recursos ao Capital de Giro, trabalhando só
973 com o retorno, o que traria uma forte compressão na assistência ao micro empreendedor,
974 preocupações essas já colocadas ao Ministério. O Representante do Banco do Brasil destacou
975 que, como parceiro do Ministério em relação a essa dificuldade de recurso, o Banco, como parte
976 da Administração Pública estava totalmente aderente às prioridades do PAC, mas que previa
977 dificuldades para assistência ao micro empreendedor, ao agricultor familiar e a paralisação de
978 algumas linhas. Destacou que, dentro dos limites dos recursos destinados ao Banco do Brasil
979 veriam o que poderia ser feito para minimizar esse impasse, mas as dificuldades eram esperadas,
980 considerando que o Banco era a maior carteira de operações, não só do FAT, mas de todos os
981 segmentos. Retornando à sugestão feita pelo Representante do BNDES, sugeriu que se
982 “espremesse” o excedente da reserva, para destinar recursos para essa transição, porque ia ser
983 muito complicada para a carteira do Banco do Brasil. A Representante Titular da Caixa
984 Econômica Federal, Sra. Margarida Maria Alacoque Macedo, sugeriu, também, a supressão do
985 artigo 5º da Resolução, para ser discutido com mais calma, em outro momento. O Representante
986 da Força Sindical esclareceu que o que estava ocorrendo devia-se à grande liberação ocorrida em
987 2006, a pedido e por pressão e trabalho do CODEFAT, considerando a grande quantia de
988 recursos aplicado em título da dívida pública, o que não era função do FAT, mas sim gerar
989 emprego e renda. Observou que devido aos grandes investimentos realizados era previsível que
990 resultasse em menos recursos disponíveis. Observou que, em curto prazo, para “espremer” a
991 reserva mínima de liquidez, só havia uma alternativa, submeter essa medida à CONJUR e ao
992 CODEFAT, em uma Nota Técnica sobre o assunto, indagando ao Coordenador-Geral da CGFAT
993 se seria possível providenciar para a Reunião do CODEFAT a se realizar no dia seguinte, 11 de
994 maio. O Representante do Banco do Brasil colocou que já existia a proposta e que estaria
995 exatamente na direção do que estava sendo colocado, mas o que se estaria discutindo era o
996 excedente da reserva de liquidez ser destinado para a PDE. O Representante da Força Sindical
997 indagou sobre onde estariam os recursos, ao que o Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que
998 se fossem utilizados tais recursos, estariam concorrendo na reserva mínima que não poderia ser
999 utilizada para depósito especial, sendo que em uma gestão conservadora, precavida, coerente no
1000 cálculo da reserva mínima, eram consideradas as despesas operacionais. O Representante da
1001 Força Sindical ressaltou ser natural a decepção dos agentes financeiros, pois o Fundo de Amparo
1002 ao Trabalhador não poderia ser somente um banco de fomento e prestador de dinheiro,
1003 gastando pouco no amparo ao trabalhador. Fez um apelo para que houvesse mais tolerância,

1004 desprendimento e paciência por parte dos Bancos, e que buscassem recursos em outras fontes ou
1005 utilizando recursos próprios, observando que ainda faltava o pagamento da dívida. Quanto à
1006 exclusão do artigo 5º, observou que o mesmo deveria ser mantido, tendo que haver norma de
1007 procedimento com relação à multa. Finalizando, indagou o porquê de o Banco do Brasil e a
1008 Caixa Econômica não terem concluído ainda o processo de segregação das contas. Questionou,
1009 ainda, por que os Bancos não enviavam funcionários para ajudar a Coordenação-Geral de
1010 Recursos do FAT. O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que o Banco do Brasil e o BASA
1011 cediam funcionários para essa finalidade, ao que o Representante da Força Sindical solicitou que
1012 os demais Bancos procedessem da mesma forma. O Representante do Banco do Brasil ressaltou
1013 que o Banco tinha uma pluralidade ao nível país e uma quantidade de operação elevada, com um
1014 varejo enorme, esclarecendo que os sistemas concebidos para gerenciar as operações ao longo do
1015 tempo não previram, na sua concepção, uma situação de gestão do passivo, ou seja, para efeito
1016 da operação com o mutuário ele tinha tudo, informações e apuração de valor. Destacou que o
1017 volume de recursos de operações e de informações, por conseqüência, assumia uma quantidade
1018 astronômica, sendo que o Banco precisou desenvolver um sistema para consolidar essas
1019 informações, que chamou de gestão do passivo e, em nível de detalhe, segregar, que era o que
1020 estava na Resolução, previsto para conclusão em julho de 2007. A Coordenadora Geral encerrou
1021 o Item em tela, registrando as seguintes colocações: solicitação do BNDES, Banco do Brasil e
1022 Caixa Econômica Federal para excluir o artigo 5º da Resolução relativo a multa, a ser tratado em
1023 outro momento; pleito do BNDES e do Banco do Brasil de maior alocação de depósitos especiais
1024 retirando do excedente da reserva mínima de liquidez; sugestão do BNDES de que a cada
1025 reunião do Conselho seja reavaliada a PDE, tendo em vista o comportamento efetivo do fluxo de
1026 caixa vis a vis o projetado; e, por último, solicitação do MAPA de que na apresentação da PDE
1027 fossem incluídas duas novas colunas no quadro de proposição de alocação de recursos: uma com
1028 alocação em 2006, a título de comparação, e outra com a participação relativa de cada um dos
1029 segmentos ali indicados. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, a
1030 reunião foi encerrada. E, para constar, eu, Adriana Phillips Ligiéro, Secretária-Executiva
1031 Substituta do CODEFAT e Coordenadora Substituta do GAP/CODEFAT, lavrei a presente Ata,
1032 que após aprovada será assinada por mim e pelos demais membros do Grupo.

ADRIANA PHILLIPS LIGIÉRO
Coordenadora do GAP e Secretária-Executiva do CODEFAT - Substituta

GUILHERME ARRUDA ACCIOLY
Representante Titular do BNDES

Continuação da Ata da 88ª Reunião Ordinária do GAP/CODEFAT

SERGIO LUIZ MAXIMINO
Representante Suplente do MPS

JOÃO CLÁUDIO DA SILVA SOUZA
Representante Suplente do MAPA

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Representante Titular da CGT

LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO
Representante Titular da Força Sindical

SIDICLEI DA SILVA PATRÍCIO
Representante Suplente da CUT

PEDRO CÉSAR AGUILAR PEREZ
Representante Titular da SDS

DAGMAR MARIA DE SANT'ANNA
Representante Titular da CNC

CLOVIS VELOSO DE QUEIROZ NETO
Representante Titular da CNA

OCTÁVIO DE LAZARI JÚNIOR
Representante Titular da CNF
